



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura compra de CBUQ – concreto betuminoso usinado a quente para atender a demanda da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Este estudo servirá como parâmetro para as contratações formalizadas pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A necessidade de aquisição de materiais de CBUQ, objetiva a manutenção com serviços de tapa buraco, preenchendo depressões e buracos em vias públicas e rurais, e manutenção corretiva, buscando aumentar a segurança no trânsito, garantindo a durabilidade das estradas, evitando danos aos veículos, reduzindo o risco de acidentes, melhorando a mobilidade urbana, atendimento às demandas de conservação da malha viária e atendimento as normas e regulamentações de trânsito.

O serviço constante se faz necessário em virtude da malha viária do município ter sido pavimentada em grande parte há muitos anos e por seu desgaste natural devido ao tráfego constante de veículos, condições climáticas adversas e outros fatores

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2024 e poderá ser confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/03/2024
- III) Id do item no PCA: 377921
- IV) Classe/Grupo: materiais diversos para construção
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-5/2024

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

O requisito básico para Contratação da Empresa é que ela seja qualificada, licenciada e autorizada, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer o material: Massa Asfáltica - CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente). O item deverá atender as normas e regulamentações técnicas exigidos por lei, e por este Edital, sendo que o item considerado inadequado, de inferior qualidade ou não atender às exigibilidades, serão recusados e devolvidos e o pagamento cancelado. Só será aceito o item, que estiver de acordo com as especificações



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

técnicas exigidas por lei, com as especificações exigidas pelos órgãos de Fiscalização do Município e pela Secretaria Municipal de Viação e Obras.

4 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente em ano/exercícios do ano corrente e anteriores. É importante discorrer sobre a impossibilidade de cravar o quantitativo exato de material necessário para suprir a demanda em virtude de tratar não apenas de manutenção preventiva, mas pela necessidade de manutenção corretiva com demanda incerta. Devemos considerar o volume de intervenções por tratar-se de aquisição para produtos abrangendo o órgão da Administração Municipal.

Estima-se que haverá necessidade de 1.000 toneladas de CBUQ para o período de doze meses.

5 LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Para suprir a necessidade de materiais e insumos para o serviço de tapa buraco – manutenção das vias públicas, não se vislumbra outra alternativa viável do que a aquisição através de fornecimento de CBUQ por empresa privada, por meio de licitação.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)), foi considerado a previsão da demanda de 1.000 toneladas, preço este baseado na tabela SINAPI referência 12 de 2023.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

Espera-se com a aquisição de CBUQ para a manutenção das vias públicas no município de Dois Vizinhos, a qualidade da superfície das vias, tornando-a mais segura, durável, minimizando riscos como buracos, desníveis e condições que possam causar acidentes, garantia de melhor trafegabilidade, sustentabilidade - procurando minimizar impactos ambientais- e a satisfação dos usuários.

8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

O objetivo deste estudo consiste em viabilizar a aquisição/compra de insumos para manutenção de vias públicas (tapa buracos). Contudo a aquisição será de forma parcelada, vez que o fracionamento não acarreta no aumento global no custo do objeto.

Neste caso o item/lote terá seu fornecimento em cotas, tendo em vista a obrigatoriedade imposta pela Lei Complementar nº 123/2006, reservando o



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

fornecimento de 25% do objeto licitado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, com preferência de compra para esta cota reservada.

9 DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalizações das atividades de atendimento e recuperação provisória das vias públicas municipais. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e previsibilidade dos recursos necessários para as ações e confiabilidade dos serviços prestados aos munícipes.

A execução das atividades obedece aos critérios de prioridade de atendimento e por tipo de manutenção, assim organizando e racionalizando o atendimento. Muitas vezes surgem demandas com urgência em virtude de período chuvoso que danificam uma determinada via. Por tanto, pode-se afirmar que as primeiras ações a serem implementadas serão as manutenções necessárias e urgentes. Já em outro momento, no decorrer do tempo será dada continuidade em outros reparos.

O principal motivo da aquisição de CBUQ é zelar pela segurança no trânsito sob responsabilidade da administração pública de forma eficiente e econômica, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Clésio Fidencio
Fiscal de Recebimento/Execução:	Olisses de Lima Bueno
Suplentes:	Alceni de Oliveira

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não, a mão de obra será realizada pelos servidores da secretaria de Viação e obras.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

O processo de tapa buracão – manutenção das vias públicas que utilizava-se o Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ-, pode gerar alguns impactos ambientais, tais como:

Emissões de Gases de Efeito Estufa: A produção e aplicação de CBUQ envolvem o uso de combustíveis fósseis, o que pode resultar na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas

Consumo de Recursos Naturais: A produção de CBUQ requer o consumo de recursos naturais, como agregados minerais e betume, que são extraídos da natureza. Isso pode levar à degradação de ecossistemas locais e à perda de biodiversidade

Impacto na Qualidade do Ar: O processo de aplicação de CBUQ pode gerar emissões de poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio e partículas finas, que contribuem para a poluição do ar e podem afetar a saúde humana e ambiental

Geração de Resíduos: O tapa-buracos pode gerar resíduos, como materiais de pavimentação danificados ou removidos durante o processo de reparo. O descarte inadequado desses resíduos pode poluir o solo e a água, além de contribuir para a acumulação de lixo

Impacto no Ciclo Hidrológico: A impermeabilização das superfícies das estradas com CBUQ pode alterar o ciclo hidrológico local, aumentando o escoamento superficial e reduzindo a infiltração de água no solo. Isso pode levar a problemas como enchentes e erosão do solo

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - (ETP), em harmonia com o disposto na legislação vigente, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
Não se aplica, pois, devido ao objeto da contratação não é possível adquirir em grande escala.



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão SRP.

Critério de julgamento: menor preço;

Modo de disputa: I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Documento em anexo

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não trarão prejuízos a administração.

Dois Vizinhos, 15 de abril de 2024.

DEONIR CALDATO
Gestor

OLISSES DE LIMA BUENO
Fiscal de recebimento/Execução

CLÉSIO FIDENCIO
Fiscal Administrativo

ALCENI DE OLIVEIRA
Suplente